



Assunto: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - PREGÃO
ELETRÔNICO 006/2023

Nome: LICITARA COMERCIO DE MÁQUINAS E



Ao Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Araraquara
Ref: Pregão Eletrônico nº 06/2023
Objeto: Aquisição de Cabos Elétricos

A empresa LICITARA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 29.953.468/0001-82, com sede à Rua Prof Ergília Micelli, 542 – Jardim Regina, na cidade de Araraquara, estado de São Paulo, por meio de seu representante legal e sócio o Sr. Leonardo Jiricó de Osti, CPF 423.659.408-03, RG 40.549.801-9, vem, tempestivamente, com o devido respeito, a presença de Vossa Senhoria, **IMPUGNAR O EDITAL**, com fulcro no art. 41, § 2º da Lei Federal 8.666/1993 e item 8.2 do referido edital, pelas razões de fato e de Direito expostas a seguir.

Dos Fatos:

O referido edital foi devidamente publicado na forma da lei com data prevista para realização da sessão pública em 03/05/2023.

De pronto, após atenta análise do edital e seus anexos, a empresa Licitara enviou via e-mail no dia 14/04/23 questionamento referente ao atestado de capacidade técnica requerido para fins HABILITATÓRIOS, questionando principalmente sua alta especificidade quanto ao documento que deverá ser apresentado.

Em resposta, também via e-mail, no dia 17/04/2023, a autarquia respondeu informando que, por se tratar de cabo de alta complexidade, deveriam ser mantidas as condições para habilitação.

Ocorre que aqui há uma distinção a ser feita: o atestado é um requisito de habilitação, previsto no art 30-31 da lei de Licitações e não um requisito técnico que comprova a qualidade ou complexidade dos produtos ora licitados. Tal distinção é de suma importância para que não haja interpretação equivocada da lei.

Isto posto, a recorrente decidiu por impugnar o edital supracitado por entender que a manutenção da requisição de atestado de capacidade técnica nos dizeres a seguir transcritos:

“A licitante deverá apresentar comprovação de fornecimento do objeto da licitação, por meio de apresentação de 01 (um) ou mais atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, não sendo admitindo-se atestados entre empresas do mesmo grupo econômico, comprovando o fornecimento de 50 % (cinquenta) por cento do quantitativo do objeto licitado, ou seja: Fornecimento de 990 (novecentos e noventa) metros de Cabo **Unipolar, 1 x 185 mm² 1 KV (HEPR 90 °C).” (grifo nosso)**

Fere diretamente um dos princípios norteadores das licitações públicas, o da ampla concorrência. Isso porque especificar a quantidade não é problema, mas a bitola do cabos atestados dão forte colorido do direcionamento do certame a grandes empresas, ou à alguma já detentora de tais documentos.



Salienta-se, mais uma vez, que a qualidade e complexidade dos cabos ora licitados, nada tem a ver com a apresentação de atestados, que são documentos de HABILITAÇÃO. Para análise criteriosa, além do termo de referência já muito bem redigido, espera-se uma análise também ou mais criteriosa dos catálogos a serem apresentados junto da proposta, bem como a oferta de fabricantes que reconhecidamente são referência na fabricação dos itens, além de apresentação de certificados compulsórios do INMetro e até mesmo amostra se for o caso. Destaco ainda que são duas pessoas diferentes que analisam os documentos, isso porque os documentos de habilitação são analisados pelo pregoeiro e sua equipe administrativa, enquanto o catálogo e demais documentos técnicos são avaliados por cidadão capacitado nomeado pela autarquia como membro da equipe de apoio.

Ora, como ampliar a concorrência do certame visando garantir melhor oferta para esta estimada autarquia com uma exigência assim tão direta e específica? Não tem fundamento.

Mister destacar que tal exigência não afasta as demais condições do edital, porém impede que diversas empresas que tem potencial para atender tecnicamente o pedido deixem de participar do pregão por não ter atestados anteriores dessa mesma bitola. Ressalto ainda que o mesmo fabricante que fornece o item nessas dimensões, também os fornece em dimensões e especificações mais comuns, os chamados itens “de prateleira” ou “curva A”, ou seja, cabos convencionais de 1,5mm²-300mm². A apresentação ou não de tais atestados não garante nem que o fornecedor A nem o fornecedor B atenderá tecnicamente os requisitos exigidos, pois isso será avaliado junto das propostas e seus catálogos.

Do Direito

Ao criar tal exigência (definição específica do atestado de capacidade técnica requerido), o edital fere o artigo 3º da Lei de Licitações, principalmente no que tange à garantia da proposta mais vantajosa para a administração e da isonomia, pois cria condições deveras específicas, contrariando os princípios norteadores das compras públicas.

A súmula 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que trata sobre o assunto é clara:

“Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, **admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares**, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.” (grifo nosso)

O tribunal de Contas da União (TCU), no livro Licitações e Contratos, Orientações e Jurisprudência do TCU, 4ª Edição, vai no mesmo sentido:

LICITARA COMERCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
AVENIDA VICENTE LOPASSO, 120 – JARDIM REGINA – ARARAQUARA/SP – CEP 14808-126
CNPJ: 29.953.468/0001-83 – TEL: (16) 3020-9677 – WWW.LICITARA.COM.BR





“Quando o objeto da licitação incluir mais de um item (etapa ou parcela), devem ser aceitos atestados de capacitação técnica relativos a cada um dos itens ofertados, de forma a ampliar a competição. Exemplo: Se a licitação for de três itens, a capacitação poderá ser provada em até três atestados, mediante aceitação de somatório dos quantitativos exigidos, conforme dispuser o ato convocatório

Devem os atestados de capacidade técnica ser/estar: - relacionados ao objeto da licitação; - exigidos proporcionalmente ao item, etapa ou parcela ou conforme se dispuser a divisão do objeto; - fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com identificação do emissor; - emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas; - assinados por quem tenha competência para expedir-los; - registrados na entidade profissional competente, quando for o caso; Ainda com relação a exigências de atestados, deve ser observado que: - seja pertinente e compatível em características, quantidades e prazos exigidos na licitação; - sempre que possível, seja permitido somatório de quantitativos, de forma a ampliar a competição; - não seja limitado a tempo (validade), época ou locais específicos; - possa ser demonstrada a comprovação de aptidão até a data de entrega da proposta, não restrita à de divulgação do edital.”

Pertinente e compatível com o objeto da licitação, isso é, cabos elétricos.

O mesmo Tribunal ainda decidiu:

“A exigência de quantidade de atestados para comprovação técnica não deve impor limitação desnecessária ao rol de interessados em participar do certame licitatório. Acórdão 2394/2007 Plenário (Sumário);

Assim sendo, se o escopo maior é atendido, não há razão para desclassificar licitante que deixe de contemplar em seu atestado algum vocábulo técnico insculpido no edital, no termo de referência ou no projeto básico. O que enseja a desclassificação é o não atendimento de fato aos requisitos editalícios. Interpretação diversa fragilizaria o processo licitatório, possibilitando a inserção nos editais de expressões técnicas que representem uma verdadeira corrida de obstáculos, de modo a permitir o direcionamento das licitações, contrariamente o interesse público. Acórdão 1899/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)”

Ressalte-se que este entendimento não é fruto de uma leitura excessivamente formalista e restritiva da Lei 8.666/93, mas encontra amparo na própria Constituição Federal e na interpretação doutrinária dominante acerca do disposto no artigo 30 da Lei de Licitações. Conforme prevê o inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual **somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**” (grifo nosso)

A respeito do dispositivo constitucional acima citado e do disposto no artigo 30 da Lei 8.666/9, ensina Marçal Justen Filho que: “a legislação vigente não proíbe as exigências de qualificação técnica, mas reprime exigências desnecessárias ou meramente formais (...)”



Especialmente em virtude da regra constitucional (artigo 37, XXI), somente poderão ser impostas exigências compatíveis com o mínimo de segurança da Administração Pública. A regra é sempre a mesma: não poderão ser impostas exigências excessivas ou inadequadas” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p. 305-306).

Sobre o assunto pronuncia-se também Carlos Pinto Coelho Motta, aludindo ao papel de “guardião” do princípio da igualdade desempenhado pelas limitações impostas pelo artigo 30 da Lei de Licitações: “Os chamados ‘requisitos limítrofes’ da habilitação, circunscritos por lei (arts. 27 ao 31 da lei 8.666/93) e autorizados pela própria Carta Magna (art. 37, XXI), situam-se em favor do princípio da igualdade, estabelecendo critérios para a delimitação do que, em última análise, representará a ‘idoneidade’ do proponente em dada licitação” (MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos, p. 227).

Tal aptidão, por sua vez, deriva da experiência anterior da empresa na execução de serviços similares, que comprovem a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível ao objeto licitado (art. 30, II e § 3º da Lei 8.666/93). Nesse sentido, a exigência constante no instrumento convocatório configura-se, além de formalista, descabida: se o que importa é que o licitante comprove a sua qualificação técnica, através de Atestados de Capacidade Técnica de cabos elétricos, que é o objeto dessa licitação, e não necessariamente de cabos 185mm².

Em outras palavras, a exigência formulada no Edital não se presta a qualquer finalidade – senão restringir (sem qualquer motivação) a forma de comprovação dos requisitos exigidos em sede de habilitação, restringindo indevidamente a participação idônea de empresas que possuem diversos contratos e clientes. Nem mesmo visa ao atendimento do interesse público que, como demonstrado acima, pode ser resguardado pela realização de diligências (art. 43, §3º, da Lei 8.666/93), em caso de qualquer dúvida a respeito dos atestados apresentados juntamente com a proposta. Ademais, e considerando que a licitação sempre deve visar ampliar o universo de competidores, as normas do edital devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa.

Diante disso, poderá ocorrer a situação da experiência da licitante existir, mas não poder ser comprovada devido à exigência completamente ilegal em comento, causando, por conseguinte, uma violação ao princípio da competitividade, na medida em que nem todas as licitantes que detêm experiência no objeto licitado poderão concorrer, simplesmente por não possuírem determinadas funções emitentes no atestado. Diante do exposto, e da ilegalidade da exigência supra, requer seja a mesma suprimida do edital. Então, trata-se da única forma de se preservar o caráter competitivo do presente pregão, possibilitando a outros licitantes formular suas respectivas propostas para participar do certame.





Do Pedido

Face ao exposto a Signatária requer, respeitosamente, que seja a presente impugnação recebida e conhecida pela Administração, sendo atribuído o efeito suspensivo, conforme o §2º do Art. 109 da Lei de Licitações.

Assim, pede-se que este Órgão republique o edital em questão, nos termos do disposto no artigo 21, § 4º, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos alterando a exigência desarrazoada de especificar a dimensão dos cabos exigidos em atestado, restritos à 185mm²., considerando como pertinente e compatível atestados até a somatória requerida de CABOS ELÉTRICOS EM GERAL. Por fim, em caso de indeferimento ou de ausência de resposta à presente impugnação no prazo previsto no art. 24 § 1º do Decreto Nº 10.024/19, a Signatária requererá as providências cabíveis ao Tribunal de Contas da União, conforme lhe autoriza o §1º do art. 113 da Lei nº. 8.666/1993.

Termos em que pede e aguarda deferimento.

Araraquara/SP, 20 de Abril de 2023.

LEONARDO JIRICO DE
OSTI:42365940803

Assinado de forma digital
por LEONARDO JIRICO DE
OSTI:42365940803



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023
PROCESSO DAAE Nº 745 de 27/03/2023
TIPO: MENOR PREÇO DO LOTE**

OBJETO: Aquisição de cabos elétricos unipolares especiais para utilização na alimentação de bombeador submerso instalado no Poço São Rafael, conforme quantidades e especificações constantes nos anexos do edital.

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Impugnante: **LICITARA COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.**
CNPJ 29.953.468/001-82
Av. Vicente Lopasso nº 120, Jardim Regina
14.808-126 – Araraquara - SP

A empresa impugnante **Licitara Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda.**, impugna o Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2023, insurgindo-se contra o atestado de capacidade técnica exigido pela Autarquia.

Alega, em apertada síntese, que o atestado exigido fere ao princípio da ampla concorrência ao estabelecer a bitola do cabo objeto da licitação. Conclui, sem qualquer comprovação ou demonstração, que a exigência, que nominou como definição específica do atestado, causa direcionamento do certame.

Cita a legislação que rege as licitações, Súmula do TCE/SP, jurisprudências do TCU e doutrinares na tentativa de fundamentar seus argumentos. Intento esse que entendo não alcançado.

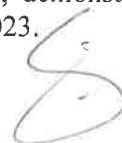
Requeru ao final o recebimento e o conhecimento de sua impugnação, com a atribuição do efeito suspensivo ao certame, para alterar a exigência contida no atestado e com a permissão da somatória de atestados de fornecimento de cabos elétricos em geral.

Com efeito, em momento algum os argumentos expendidos pela impugnante demonstram ou comprovam que a Autarquia, ao elaborar o instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº 006/2023, infringiu qualquer regra prevista na legislação que rege os certames licitatórios.

Exigir atestado de capacidade técnica das empresas interessadas, consoante as características técnicas do objeto pretendido pela Administração Pública não fere, em hipótese alguma, a legislação que rege as licitações.

Os argumentos trazidos pela empresa impugnante objetivando fundamentar sua tese de direcionamento do certame, demonstram que a mesma não passa de mera ilação, desprovida de qualquer indício probante, que tem, com certeza, a finalidade única de tumultuar todo o procedimento licitatório.

Importante salientar que as citações legais, jurisprudenciais e doutrinárias lançadas pela empresa impugnante em seu arrazoado, demonstram a lisura e a retidão do Instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico nº 006/2023.

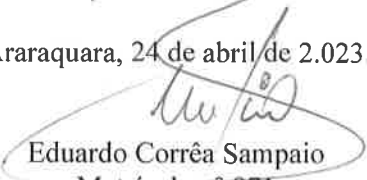


Assim, por todo o exposto, conheço da Impugnação do Edital lançada pela empresa impugnante, **Licitara Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda.**, face a sua tempestividade, mas no mérito nego seu acolhimento, mantendo desta forma inalteradas as regras do Edital e de seus Anexos.

Data prevista da sessão pública:

- **Recebimento das Propostas:** 14:00 horas - dia 03 de maio de 2023;
- **Disputa dos preços:** 14:30 horas - dia 03 de maio de 2023.

Araraquara, 24 de abril de 2023.



Eduardo Corrêa Sampaio

Matrícula nº 971

Pregoeiro



Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Atendimento: 0800 602 2324
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENTA
www.daaeararaquara.com.br



COMUNICADO

Pregão Eletrônico nº 006/2023
Processo DAAE nº 745 de 27/03/2023

Objeto: Aquisição de cabos elétricos unipolares especiais para utilização na alimentação de bombeador submerso instalado no poço São Rafael

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Impugnante: **LICITARA COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.**
CNPJ 29.953.468/001-82
Av. Vicente Lopasso nº 120, Jardim Regina
14.808-126 – Araraquara - SP

Conheço da Impugnação do Edital lançada pela empresa **Licitara Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda.**, face a sua tempestividade, mas no mérito nego seu acolhimento, mantendo inalteradas as regras do Edital e de seus Anexos.

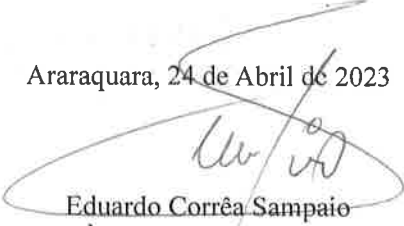
Abertura das Propostas: às 14:00 horas do dia 03 de maio de 2023.

Data e horário de início da sessão de disputa de preços: às 14:30 horas do dia 03 de maio de 2023.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://pregaoeletronico.cebi.com.br>

O Edital poderá ser retirado na íntegra através do site: www.daaeararaquara.com.br – link: Painel de Licitações.

Araraquara, 24 de Abril de 2023


Eduardo Corrêa Sampaio
Matrícula nº 971
Pregoeiro